

# As instituições em Marx: uma análise introdutória

**Homero Antunes de Souza Neto**

Mestrando em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e bacharel em Administração de Empresas pela Escola Superior Paulista de Administração (ESPA) - com Certificação pela FGV. homerosouzaneto@gmail.com

## Resumo

Com a importância dada as instituições nos debates econômicos recentes, uma crítica à teoria de Marx vem sendo novamente exposta no meio acadêmico, a de que sua teoria carece da análise da cultura, das intuições e, portanto, é hedonista. Ou seja, não evolutiva, que aponta um fim determinado ou, como disse T. B. Veblen, aponta inevitavelmente para o comunismo. Entretanto, uma leitura atenta da obra de Marx pode revelar elementos institucionais já existentes em seu trabalho. Além do mais, estes elementos ainda podem revelar a relevância da obra de Marx para as discussões institucionais recentes. Portanto, este artigo pretende fazer um esforço introdutório dessa revelação dos elementos institucionais em Marx.

**Palavras-chave:** instituições; Marx; escola institucionalista.

## Abstract

With the importance given to institutions in recent economic debates, a criticism of Marx's theory has been exposed again in the academic environment, that his theory lacks the analysis of culture, intuitions and, therefore, is hedonistic. That is, non-evolutionary, which points to a determined end or, as Veblen said, points inevitably to communism. However, a careful reading of Marx's work can reveal institutional elements that already exist in his work. Furthermore, these elements may still reveal the relevance of Marx's work to recent institutional discussions. Therefore, this article intends to make an introductory effort of this revelation of institutional elements in Marx.

**Keywords:** institutions; Marx; institutionalist school.

## Resumen

Con la importancia otorgada a las instituciones en los debates económicos recientes, se ha vuelto a exponer en el ámbito académico una crítica a la teoría de Marx, que su teoría carece del análisis de la cultura, de las intuiciones y, por tanto, es hedonista.

Es decir, no evolutivo, que apunta a un fin determinado o, como decía Veblen, apunta inevitablemente al comunismo. Sin embargo, una lectura cuidadosa de la obra de Marx puede revelar elementos institucionales que ya existen en tu trabajo. Además, estos elementos aún pueden revelar la relevancia del trabajo de Marx para las discusiones institucionales recientes. Por lo tanto, este artículo pretende hacer un esfuerzo introductorio para revelar los elementos institucionales en Marx.

**Palabras llave:** Instituciones; Marx; escuela institucionalista.

## Introdução

O corpo teórico da economia é, na maioria das vezes, parecido com um conjunto de ilhas. A diversidade metodológica dessa ciência faz com que mesmo as escolas que compartilham perspectivas teóricas similares, como a heterodoxia, discordem frontalmente quanto a pontos fundamentais da teoria econômica. Nesse sentido, a escola do original ou velho Institucionalismo tem apontado algumas críticas à teoria de Karl Marx. E é a este debate que este artigo irá se ater.

Atualmente, um termo muito usado nas análises econômicas é “instituição”. Porém, como esperado, instituição é um conceito que pode ser encarado de muitas formas e, de fato, é o que ocorre. Isso torna esse debate complexo e algumas vezes inviável devido às formulações divergentes sobre o assunto. Tendo em vista essa “confusão” conceitual, pode-se assumir que uma teoria que é apontada como carente de elementos institucionais e que, portanto, se tornaria menos explicativa do que as teorias advindas de escolas institucionalistas, pode estar sendo mal compreendida.

T. B. Veblen, considerado um grande expoente do original ou velho institucionalismo e autor ainda utilizado nos cursos de economia, compartilha uma visão da teoria marxista que ainda é, em grande medida, apoiada no meio acadêmico. Ele argumenta que Marx possui uma análise hedonista. Nesse caso, Veblen e o Institucionalismo que ele propõe fazem a análise evolutiva e que não possui uma noção de fim, o que o autor considera divergente da noção do materialismo histórico de Marx. Ele aponta que Marx sugere um fim Comunista ou de justiça através da distribuição de riquezas. Em sua compreensão, Marx assumiu que a luta de classes iria, invariavelmente, se acirrar com a intensificação da exploração da classe trabalhadora, o que resultaria na expropriação e o domínio político pelo proletariado. A fim de propor uma análise contrária à de Marx, Veblen argumenta que a sociedade evolui e o faz de forma cultural (conhecimento, arte, crença, moral, lei, costumes etc.). E é imerso a esse caldo cultural que a sociedade avança. O ponto central da crítica de Veblen é que Marx pensa no bem-estar de uma classe, o que está ligado ao autocontentamento de uma classe ou a ideia de um fim. Portanto, as ideias de Marx seriam hedonistas e etnocentristas. Ou seja, Veblen diz que Marx amarra a história de forma hedonista. Por fim, ele conclui que o homem evoluiu dado a sua cultura. E que dificilmente as causas da mudança geram um fim teleológico (MAYHEW, 1987).

Existem algumas críticas à teoria marxista apontadas pelo pensamento da escola institucionalista no parágrafo anterior. Contudo, este artigo irá focar na crítica da

ausência de elementos institucionais em Marx. Em outras palavras, esse artigo se dedicará a crítica de que as noções teóricas de Marx “bloquearam a absorção pela tradição marxista das noções de relatividade cultural e mudança cultural que são tão essenciais à ciência social moderna e ao institucionalismo” (MAYHEW, 1987, p. 984). Desse modo, pretende-se promover um esforço inicial a fim de levantar-se, na própria obra do Marx, elementos que corroborem a hipótese de que o pensamento marxista já adiantou muitas das questões institucionais tratadas no século XX e é fonte de insights para os assuntos institucionais.

## Elementos institucionais em Karl Marx

### A história e seus diferentes coloridos

Os institucionalistas são conhecidos tributários da análise histórica. Todavia, Karl Marx também levava isso em conta em suas obras. Em toda a obra *O Capital*, por exemplo, existe uma análise histórica e sistemática de como o processo social de produção e as consequências econômicas têm efeitos sobre as instituições e sobre os próprios modos de produção.

Alguns bons exemplos estão no capítulo 24 do livro 1 – A Assim Chamada Acumulação Primitiva, onde se encontra escrito: “a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (MARX, 1985, p.262).

A acumulação primitiva foi também um efeito das mudanças sociais causadas, por um lado, por eventos políticos como os *enclosures* e por mudanças técnicas que possibilitaram os desenvolvimentos produtivos diferentes do sistema feudal.

Com ironia, Marx se refere à formação do proletariado inglês e sua separação dos meios de subsistência:

O que faz época na história da acumulação primitiva são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação; sobretudo, porém, todos os momentos em que grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proprietários livres, como pássaros. A expropriação da base fundiária do produtor rural, do camponês, forma a base de todo o processo. Sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas. (Marx, 1985, p. 263).

É uma passagem muito relevante para comparar com as escolas institucionalistas. Há uma clara relação entre a separação dos camponeses dos seus meios de subsistência e a formação de uma nova forma institucional<sup>1</sup>. É evidente que, a partir disso, o proletário

<sup>1</sup> Este é um termo utilizado pela escola francesa da regulação, que é a versão da escola institucionalista francesa. Alguns de seus autores são: Robert Boyer, Michael Aglietta e André Orléan. A saber mais, ler Boyer (2009).

nascente é apenas proprietário da sua força de trabalho. A relação salarial surge nessa nova etapa histórica. Pode-se argumentar que um dos pontos fundamentais para entender a diferença entre capitalismo e feudalismo está nas formas institucionais. Sendo que o capitalismo traz a possibilidade de vínculo com a acumulação de capital. Essa foi uma grande ruptura.

Quando diz que “cada história assume coloridos diferentes”, Marx está de certa forma dizendo que as formas institucionais evoluem em cada região a sua própria maneira. Sendo particular, existem vários padrões de desenvolvimento capitalista, entendê-los é trabalhar realmente de forma econômica, não apenas como mera curiosidade, mas também como fonte de conhecimento das relações sociais para entender em qual processo histórico nos encontramos nesse momento, pois por mais que história não se repita, há certos padrões úteis nos desenvolvimentos passados que podem vir a enriquecer o debate. Os estruturalistas e Celso Furtado são exemplos típicos de formação econômica preocupada com as nuances que permitem explorar as relações institucionais. Porém, para isso é preciso compreender bem os bases institucionais, culturais e legais das diversas economias, sejam dos países ou de suas regiões. E entender as relações dinâmicas entre as instituições e a acumulação. O capítulo 24 continua explorando o caso inglês.

Há narrativas interessantes que envolvem a instituição Estado inglês se confrontando com outra, muito poderosa durante o feudalismo, a Igreja Católica:

Na época da Reforma, a Igreja Católica era a proprietária feudal de grande parte da base fundiária inglesa. A supressão dos conventos etc. lançou seus moradores na proletarização. Os próprios bens da Igreja foram, em grande parte, dados a rapazes favoritos reais ou vendidos por um preço irrisório a arrendatários ou a habitantes das cidades especuladoras, que expulsaram em massa os antigos súditos hereditários, juntando suas explorações. A propriedade legalmente garantida a camponeses empobrecidos de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada. (Marx, 1985, 266).

Percebe-se um certo confronto entre instituições. E nessa batalha, quem perde tem suas propriedades confiscadas, e por mais que não desapareça, como no caso da Igreja Católica, tem seu poder ceifado em favor de outro. No caso inglês, para a própria Coroa Inglesa e seu representante, a Igreja Anglicana.

Então, as relações de propriedade importam muito no capitalismo, embora não apenas nele. As instituições, como se é de esperar evoluem como ressalta Veblen. E seu poder de influência sobre os indivíduos, seja através do domínio político, econômico ou religioso, está parcialmente ligado à posse de instrumentos legais, culturais e retóricos. E esses instrumentos possuem toda uma estrutura econômica e histórica que influencia materialmente os rumos da vida das pessoas.

Enfim, o capítulo inteiro é fonte de muitos exemplos de relações e mudanças institucionais importantes, como por exemplo: as leis de rebaixamento dos salários; a formação dos títulos públicos, que é um fator de financiamento estatal importante, logo entra na discussão da forma institucional do Estado; a formação da classe arrendatária

de terras; a tendência histórica da acumulação capitalista e a relação importante com a propriedade privada.

### O desenvolvimento urbano-rural

Por outro lado, em obras como *A Ideologia Alemã*, *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, *O Capital* e dentre outras obras, Marx descreve um processo de desenvolvimento de forças produtivas e, por consequência, transformações na divisão social do trabalho que contam a história da sociedade humana desde o que o autor chama de barbárie até a civilização<sup>2</sup>. De acordo com esse pensamento, instituições como tribos e a constituição tribal se transformaram em aglomerados de tribos e o Estado, por exemplo.

Para esclarecer esse processo, Marx faz a análise de alguns eventos históricos, tais como: (1) o fato de que ainda no estágio inferior da barbárie, a domesticação de animais culminou na divisão do trabalho entre domesticadores e o restante das pessoas. Já na fase intermediária, o desenvolvimento de novas tecnologias, o domínio do manejo de metais, a ampla variedade produtiva, a maior escala de produção, o elevado patamar de riquezas e a escravidão de presos de guerra foram as condições que contribuíram para o surgimento e intensificação de uma nova divisão do trabalho: a manufatura e agricultura; (2) outro evento histórico importante foi a questão da propriedade (animais, terra etc.), antes comum, ser gradualmente privatizada durante a barbárie até a civilização. Somado a isto, a constituição tribal, igualitária, deu lugar ao Estado que passou a dar suporte aos interesses de grupos privilegiados. Além disso, as tribos passaram a se acumular e se reorganizar na cidade; (3) finalmente, já na fase da civilização e sob as novas condições citadas (Estado, cidade e propriedade privada) todas essas divisões do trabalho foram intensificadas, principalmente por meio da acentuação do antagonismo entre cidade e campo (ENGELS, 2019, p. 197–208). Neste contexto, a divisão do trabalho é uma consequência do surgimento de novas forças produtivas. Isto implica, que a nível nacional, ela começa pela separação entre trabalho industrial e comercial do trabalho agrícola. O que, consequentemente, leva a separação da cidade e do campo e ao antagonismo de seus interesses. (MARX; ENGELS, 2007, p. 51; 87).

Nota-se, portanto, que, através de vetores como as forças produtivas, a divisão social do trabalho e a propriedade privada, diversas instituições das sociedades humanas foram transformadas, tais como as tribos se transformaram em cidades e tantas outras surgiram como o próprio Estado. É possível se alongar nos exemplos baseados na obra marxista por uma lista imensa. Contudo, o intuito é apenas demonstrar como certos elementos institucionais já estão presentes nas teses de Marx.

---

<sup>2</sup> Existem conceitos descritos nesse tópico que o próprio Marx alterou em sua fase intelectual mais madura, por exemplo a “barbárie”. Isso não altera a compreensão do seu pensamento descrito nas linhas que se passaram, mas, em nome de sua integridade intelectual, cabe ressaltar, por exemplo, que ele revisa a barbárie como uma expressão que não descreve uma etapa inferior da evolução da sociedade humana, mas sim como um processo histórico em que o baixo desenvolvimento é predominante. Sob esse novo ponto de vista e conforme o autor descreve em suas obras mais recentes, a barbárie passa a ser adjetivo, por exemplo, da própria sociedade burguesa ou o capitalismo dito moderno que, dentre outras coisas, priva a quase todos do valor gerado pelos esforços de toda uma sociedade (ANDERSON, 2019).

## Considerações finais

Através da análise do último tópico, fica claro que em Marx já se é percebido um processo de transformação das instituições. Ou seja, tanto na categoria da acumulação primitiva, quanto na vasta análise do desenvolvimento das relações entre as áreas urbanas e rurais, é possível notar um conjunto de instituições como o Estado, a cidade, as leis, dentre outras que estão em transformação. Essas transformações determinam e são determinadas por diversas condições como as forças produtivas, as contradições existentes nas sociedades, as novas relações de trabalho, a condição das famílias diante da sociedade etc. Isso, em suma, demonstra o contrário da crítica feita pelos institucionalistas ao Marx. Demonstra-se, pelo menos de forma introdutória, que há sim elementos culturais e institucionais presentes em sua obra.

Enfim, para o tempo histórico, o capitalismo é apenas um dos modos de produção em que a humanidade viveu. Nessa perspectiva, observar como as instituições evoluem é fundamental para perceber os impactos sociais, políticos e, obviamente, econômicos dessa trajetória. A historicidade é um instrumento válido de análise e ela existe, principalmente, em Marx. Portanto, deixar essa perspectiva histórica se perder como advogam muitos economistas seria uma grande perda para a discussão econômica como um todo.

Este estudo se ateve a uma análise introdutória e argumentativa da existência de elementos institucionais em Marx. Portanto, para que se possa estender as contribuições feitas por esse artigo, algumas observações devem ser feitas. A primeira delas é a de que há um amplo espaço na teoria marxista para se demonstrar outros elementos institucionais em Marx e suas transformações durante os desdobramentos históricos. Inclusive relacionando essas transformações e desencadeamentos com a compreensão do autor sobre o que é desenvolvimento. Afinal, a compreensão sobre o desenvolvimento econômico ainda é um debate que custa muito ao Brasil, vide as teorias neoclássicas ainda bastante aceitas no ambiente acadêmico e político brasileiro. Outra observação que pode contribuir para estudos futuros nesse tema é a de que este artigo se dedicou apenas a crítica de que a teoria marxista é carente de uma noção de institucionalismo. Ou seja, não houve um esforço para responder a crítica de que a teoria marxista vê um fim inevitável e certo para a história, ou, nas palavras do crítico, um fim Comunista. Nesse sentido, é válido lembrar, por exemplo, que Marx levanta as possibilidades de haver “uma transformação revolucionária da sociedade inteira ou o declínio conjunto das classes em conflito” (MARX; ENGELS, 2005, p. 10).

## Referências

- ANDERSON, K. **Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais**. São Paulo: Boitempo Editorial, [s.d.]. p. 589, 2019.
- BOYER, R. **Teoria da Regulação: fundamentos básicos**. São Paulo, Estação Liberdade, 2009.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto Comunista**. São Paulo: Editorial Expressão Popular, 2008.
- MARX, Karl. **O Capital: Volume I – Tomo II**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAYHEW, A. The Beginnings of Institutionalism. **Journal of Economic Issues**, v. 21, n. 3, p. 971–998, set. 1987.

Recebido em 28 de novembro de 2022 e aprovado para publicação em 12 de dezembro de 2022.